

Investimento público: Consenso político é inevitável



Manuel

Reis Campos

Presidente da CPCI
– Confederação
Portuguesa
da Construção
e do Imobiliário

A dimensão da quebra do investimento em Portugal não tem paralelo. Em 2018, situou-se, em termos reais, 12,5% abaixo dos níveis verificados em 2010. Quando comparada com a evolução verificada na Zona Euro, verifica-se que esta regista um comportamento que é, praticamente, o inverso do verificado em Portugal, ou seja, no mesmo período, cresceu 12,4%.

Aliás, o atual debate em torno do Plano Nacional de Investimentos (PNI) 2030 ocorre, precisamente, num momento em que acabámos de encerrar o ano 2018, com um registo extremamente negativo no mercado das obras públicas. As quebras nos valores dos concursos promovidos atingem os 11% e nos concursos celebrados 7%, quando comparados com o ano de 2017.

Desta forma, verifica-se que, apesar de um contexto económico mais favorável, ao nível do investimento, o fosso existente entre Portugal e a Europa continua a acentuar-se quando, a bem do crescimento e da competitividade da economia, é preciso reverter este atraso. E o mais extraordinário é que todos os partidos concordam com este diagnóstico.

Efetivamente, o PNI 2030 é a última oportunidade para o País concretizar os projetos que há muito estão identificados como necessários para o País, e que devem ser devidamente planeados e calendarizados, de forma a que se possa tirar partido de fontes de financiamento Europeias e mobilizar o imprescindível investimento privado.

E recorde que, em 2014, apesar de ainda estarmos a atravessar

um período de emergência financeira, o anterior Governo, aprovava o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas para o horizonte 2014-2020, assumindo um conjunto importante de investimentos nos setores ferroviário, marítimo-portuário, rodoviário e aeroportuário-logístico, bem como nos transportes públicos de passageiros, cuja premência é amplamente reconhecida por toda a sociedade portuguesa e foi sem surpresa que, em 2015, o atual Governo, reconheceu este Plano e assumiu os Projetos que o mesmo identificava.

A proposta submetida pelo Governo propõe a aprovação do PNI 2030 por uma maioria parlamentar de dois terços. É positivo que assim seja, pois, desta forma, garante-se que os grandes projetos de investimento, considerados estruturais para o desenvolvimento do País, são assumidos pelos vários partidos do arco da governação e, desta forma, estabelece-se um quadro de estabilidade e previsibilidade que é imprescindível.

É, por isso, natural que nos questionemos sobre o atual posicionamento dos partidos perante a discussão na Assembleia da República do PNI 2030. Porque é que estão a transformar esta matéria estruturante, num palco de luta partidária?

O País precisa de recuperar o investimento, de planejar, de calendarizar e de concretizar. Crescimento económico, criação de emprego, coesão territorial e social, captação de investimento privado, são alguns dos argumentos que impõem decisões políticas suportadas em amplas maiorias, capazes de sobreviver aos ciclos eleitorais.